

**PADRÕES DE PLURIATIVIDADE
EM UMA REGIÃO DE AGRICULTURA ESTAGNADA:
EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS
PARA O CASO DA BACIA DO SUAÇUÍ (MG) ¹**

Altivo Almeida Cunha ²

Marcelo Brandão ³

Said Felix ⁴

RESUMO

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa de campo realizada junto a 858 famílias agrícolas da Região da Bacia do Suaçuí (MG) e enfatiza os indicadores de pluriatividade rural nesta região. Os dados de pluriatividade foram referenciados pelo contexto regional, pelas características familiares e da unidade produtiva. A declaração de obtenção de rendas de fontes não-agrícolas foi cruzada com quatro variáveis: renda agrícola declarada, percentagem da produção comercializada, tamanho da propriedade e tipo de culturas. Os resultados demonstram haver distintos padrões de pluriatividade na região, em função tanto da escala produtiva como das explorações agrícolas.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foca as interpretações sobre as formas de organização da agricultura familiar, sob os conceitos de trabalho a tempo parcial e pluriatividade rural e analisa a ocorrência de diferentes padrões de pluriatividade internacionais. O caso de uma região do sudeste brasileiro é analisado dentro dos referenciais metodológicos de pluriatividade aplicado para diversos países.

1 Agradecemos os comentários do Prof. José Graziano (IE/UNICAMP).

2 Pesquisador do Instituto Lumen-Pucminas e do CEDEPLAR/UFMG. Doutorando em Economia (UNICAMP).

3 Economista, Pesquisador do Instituto Lumen/PUC-MINAS .

4 Historiador, Pesquisador do Instituto Lumen/PUC-MINAS.

No primeiro tópico deste trabalho são discutidas o contexto do crescente enfoque sobre a forma de organização do trabalho familiar rural nos países centrais apresentados os conceitos e os padrões internacionais de pluriatividade rural e do trabalho agrícola a tempo parcial, referendado pelas experiências na Europa e no EUA.

O segundo tópico sistematiza, a partir de diversos estudos de caso internacionais, características diferenciais dos diversos padrões de organização familiar, estabelecendo bases para interpretações deste fenômeno para outros estudos de caso. O terceiro tópico apresenta os resultados para uma região brasileira, procurando interpretar a manifestação deste fenômeno dentro de algumas características específicas relevantes apontadas pela literatura internacional.

2 PLURIATIVIDADE RURAL: UMA NOVA AGENDA PARA POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

Um dos aspectos contemporâneos da agricultura familiar que tem despertado interesse de pesquisadores e de formuladores de política nos países centrais refere-se às formas de organização do trabalho familiar ao seu regime de dedicação com as atividades agrícolas. Em particular, um fenômeno que tem chamado é a expressiva participação de fontes de renda não-agrícola na composição dos orçamentos das famílias rurais. Este interesse é reforçado pela constatação de que, as transformações do regime de dedicação do tempo de trabalho na agricultura, no sentido da diversificação de atividades, sejam elas rurais ou não, estariam sendo mais eficientes na sustentação da renda rural – o principal objetivo das políticas agrícolas dos países desenvolvidos – do que as alternativas tradicionais que privilegiam a agricultura como atividade *full-time*.

Diversos desdobramentos importantes advêm desta constatação. Os investimentos em capacitação tecnológica dos produtores, a manutenção de elevados patamares de preços para os produtos agrícolas (como no caso europeu) e os dispêndios com mecanismos de apoio e financiamento (como no caso dos EUA) representam aporte de recursos públicos vultuosos, cuja legitimidade é crescentemente questionada pelos interesses urbanos. A emergência de novos atores sociais urbanos na definição de estratégias de desenvolvimento rural, que envolvem a busca de alternativas à intensificação tecnológica da exploração agrícola como fator de sustentação da renda rural, têm enfatiza-

do a valorização dos aspectos de preservação ambiental e de valorização da paisagem rural (Moyano, Garrido, 1997).

O reconhecimento de alternativas de elevação de renda rural, não exclusivamente baseada em estratégias de alavancamento agrícola, principalmente no contexto de revisão das políticas agrícolas (PAC e a política agrícola norte americana) é, portanto, peça importante no redirecionamento de estratégias de intervenção pública rural.

Diversos estudos referenciados nos países desenvolvidos têm demonstrado que o fenômeno da pluriatividade familiar e da agricultura a tempo parcial é comum, e expressivo, em diversos países, ainda que referenciado em diferentes ambientes culturais e institucionais. A definição conceitual e as evidências de distintos padrões internacionais, desenvolvidos a seguir, estabelecem bases para análise comparativa de diferentes padrões de agricultura familiar, de formas de organização do trabalho familiar e de fatores explicativos dos arranjos locais.

3 TRABALHO *PART-TIME* E PADRÕES INTERNACIONAIS E PLURIATIVIDADE

O primeiro referencial conceitual de importância para esta análise está na delimitação e na compreensão dos desdobramentos dos conceitos de pluriatividade e trabalho a tempo parcial. O conceito de trabalho agrícola *part-time* (*'part-time farming'*) refere-se ao regime de dedicação, despendido para a atividade agrícola, pelo principal operador da propriedade. As análises do regime de dedicação agrícola (*part-time, full-time*) são aplicadas na caracterização do nível de envolvimento do *'farmer'* no trabalho dentro e fora da propriedade e a importância da esfera agrícola é referenciada pelo seu peso relativo em relação às atividades *"off-farm"*, em função da renda obtida e do tempo de trabalho dedicado. Neste referencial, a importância conferida à atividade agrícola (e do regime de dedicação dedicado à ela) depende das características de rentabilidade inerentes à atividade e também das oportunidades de rentabilidade em outros setores fora da propriedade rural.⁵

5 Fuller (1990) chama atenção para o caráter agrocêntrico do conceito de *part-time farming*, na medida em que este considera agricultura a tempo integral (*'full-time'*) todas as atividades desenvolvidas dentro da propriedade (*'in-farm'*), sem considerar que estas atividades podem ser rurais, mas não agrícolas, como por exemplo, o processamento de produtos, o aluguel de máquinas ou o turismo rural.

Alguns estudos, como o de Barlett (1986), aplicado á uma comunidade rural dos EUA, sugerem que os fatores que influem na adoção de regimes *part-time* variam em função da trajetória familiar, do ambiente econômico, das oportunidades locais, do nível de endividamento do produtores e das aspirações quanto ao estilo de vida, evidenciando que os agricultores *part-time* não constituem um grupo homogêneo, quanto sua performance econômica, nem quanto os fatores de indutores ou motivadores do seu regime de dedicação à agricultura.

Estimativas de organismo internacionais, como a OCDE, indicam que, entre 40 e 60% das unidades produtivas dos países industrializados, obtém mais da metade de sua renda de fontes não-agrícolas (Gasson, 1988, p. 2).

A importância da atividade *off-farm* dos agricultores em diversos países desenvolvidos, já na década de 70, era bastante expressiva, chegando a ser largamente predominante em países como o Japão e a Noruega. Os motivos que explicam a relevância do trabalho fora da propriedade derivam de diferentes fatores regionais relacionados às dotação relativa e mobilidade dos fatores de produção, às características de geografia e clima, aspectos culturais e institucionais.

O caso japonês, por exemplo, onde o regime de agricultura *part-time* é dominante é explicado por Gasson como o resultado de pequena escala individual das propriedades e da imobilidade do mercado de terras. Por outro lado, para a Europa mediterrânea (Itália, Portugal, Espanha) o baixo dinamismo econômico e a baixa rentabilidade das atividades agrícolas empurram os produtores para o assalariamento externo.

O conceito de pluriatividade, à diferença do conceito anterior, toma a família como unidade de análise, incorporando ao foco das atenções, atividades não-agrícolas dos membros da família que tem significância na geração de renda. De acordo com Fuller (1990, p. 367), o termo pluriatividade refere-se à análise das atividades realizadas, em adição à atividade agrícola *strictu sensu*, tais como o assalariamento em outras propriedades, atividades 'para-agrícolas', como o processamento de alimentos, outras atividades não-agrícolas realizadas na propriedade, como o turismo rural e as atividades fora da fazenda ('*off-farm activities*'), referentes ao mercado de trabalho urbano, formal ou informal. Amplia-se, portanto o escopo de análise do trabalho *part-time* (que enfatiza a contraposição do trabalho '*in-farm*' e '*off-farm*') para atividades rurais realizadas pelo núcleo familiar.

A mudança de foco do operador para a família, e do agrícola para o rural, constitui, portanto, a principal diferença entre as análise de *part-time*

farming e pluriatividade rural. Mantino (1995) destaca a importância do reconhecimento da família como unidade de análise em função:

- i) de seu papel como unidade de decisão de alocação de recursos familiares e da empresa, ou como propõe Baptista (1990) como unidade gestora de trabalho e recursos (em função da imbricação das lógicas de reprodução da propriedade rural e da família);
- ii) da interdependência entre as decisões da família e o contexto da economia local;
- iii) pelo fato de a unidade familiar ser alvo de um conjunto específico de políticas agrícolas e sociais.⁶

As questões que emergem da análise da organização familiar, a partir do conceito de pluriatividade, fornecem um quadro de relações que, articuladamente, permitem estabelecer estratégias coerentes de desenvolvimento regional.

No entanto, a generalização de padrões nacionais de exploração agrícolas e de pluriatividade é inadequada. Os diversos estudos de caso apontam para uma diversidade de padrões organizacionais que respondem a diferentes aspectos do trabalho familiar:

- 1) Esferas de atuação: na propriedade, no meio rural, no meio urbano;
- 2) Tipo de atividade: agrícola exclusiva, para agrícola, não-agrícola rural, não-agrícola e não-rural;
- 3) Tipo de agentes operadores: operador individual, operador e família, família;
- 4) Regime de dedicação: operador *part-time*, operador *full-time*, família monoativa, família pluriativa;

6 Uma das principais linhas de pesquisa européia sobre a organização do trabalho familiar, o *Arkleton Trust Project*, realizado no âmbito da CEE, assume três premissas básicas na investigação da pluriatividade: 1) Que o foco de atenção deve ser a família e não o operador; 2) Que os diversos trabalhos devem ser examinados em diversas regiões com distintas características fisiográficas econômicas e culturais e 3) Que os padrões de múltipla atividade devem ser analisados ao longo do tempo. A respeito, ver Fuller (1990).

- 5) Fonte de renda principal: agrícola, rural (assalariamento, outras fontes extra agrícolas de natureza rural), não-rural (assalariamento, trabalho autônomo, outras rendas, aposentadorias, pública via subvenções;
- 6) Aspectos motivadores: escala produtiva, taxa de retorno da agricultura, inserção no *agribusiness*, preço relativo dos fatores de produção (relação de compra entre insumos agrícolas e industriais), taxa de utilização de tecnologia, nível de difusão tecnológica, aspectos fisiográficos (clima e geografia), mercado de trabalho urbano, custo de oportunidade do trabalho assalariado, políticas públicas de apoio e grau de proteção, trajetória familiar, estilo de vida, aspirações pessoais, *etc.*

A análise dos fatores indutores ou motivadores da pluriatividade familiar é peça fundamental na compreensão deste fenômeno e o principal foco de discussões teóricas. Apesar da diversidade dos conceitos de pluriatividade⁷, alguns trabalhos convergem na compreensão de que a pluriatividade é resultado da interação entre fatores endógenos, referentes ao ambiente produtivo e as características familiares e fatores exógenos, relacionados à demanda por mão-de-obra e ao processo e grau de urbanização e industrialização. (Olaizola, Manrique, 1992)

Mantino (1995) propõe um referencial analítico em que considera que a pluriatividade é o resultado de uma opção determinada e precisa, decorrente da interação entre fatores endógenos e exógenos. Em sua tipologia, a pluriatividade é resultado da interação entre:

- 1) as características da família: dimensão, composição, ciclo de vida, escolaridade;
- 2) as características da unidade produtiva: quantidade e qualidade dos recursos e fatores de produção;
- 3) o contexto institucional: ambiente físico, os mercados de trabalho, de insumos e de produtos, as políticas sociais e agrícolas.

A tipologia de Mantino oferece um minucioso referencial analítico para famílias cuja atividade desloca-se para fora da agricultura. No entanto,

⁷ Cabe destacar que não há um consenso em torno de um conceito único de pluriatividade, como alertam Olaizola, Manrique (1992).

diversos autores (Alegre, 1994; Gasson,1988) enfatizam também a necessidade de reconhecer a importância dos movimentos de agricultores que retornam à terra , cuja motivação é resultado de características contextuais – mercado de trabalho, políticas sociais, ambientais, previdenciárias, *etc.* – e aspectos familiares – nível de renda, faixa etária, aspirações pessoais, estilo de vida, *etc.*

É relevante destacar no conceito de pluriatividade, a importância conferida ao conjunto de políticas sociais, como subvenções e previdenciárias que interferem decisivamente na lógica de reprodução da família e da empresa. Como destaca Baptista (1994), no modelo europeu de amparo às comunidades rurais, o peso das subvenções chega ser tão importante para algumas comunidades que superaram renda bruta das atividades agropecuária, como no caso da pecuária ovina na França (Baptista,1994, p. 4). A previdência social é outro importante aspecto na composição da renda de famílias rurais, cuja importância chega a representar entre um terço do valor a renda bruta agrícola, como no caso francês, a 42%, como no caso grego. (Baptista, 1994, p. 5)

Dois outros importantes aspectos da forma de organização social do trabalho rural que interferem no processo de sustentação da renda rural estão relacionados às questões etária, do tamanho de famílias e de gênero. Em relação à questão etária, é cada vez mais relevante a presença de idosos no campo, fenômeno também verificado no Brasil. Em relação ao tamanho das famílias, o caso europeu, demonstra que vem crescendo expressivamente o modelo de exploração unipessoal, que representava na França, em 1985, 35% das explorações daquele país; outras 45% das propriedades eram exploradas apenas pelo chefe e o cônjuge. (Baptista, 1994)

Em relação à questão do gênero, diversos estudos sugerem que de forma razoavelmente difundida, a atividade agrícola é cada vez mais uma atividade masculina (Fuller, 1990; Barlett,1986; Baptista,1994; Gasson, 1988).

A amplitude do conceito de pluriatividade e de suas formas de manifestação e seus fatores motivadores encontra sentido apenas se o conjunto de informações convergentes sob este foco estiver relacionado à condução de estratégias de desenvolvimento regional. Este, de fato, é o objeto explícito dos estudos nos países centrais deste objeto de análise.

4 UMA EVIDÊNCIA PARA O CASO BRASILEIRO⁸

O caso analisado para a realidade brasileira têm como foco a agricultura familiar da Região da Bacia do Suaçuí, localizada na Região Centro-Leste do Estado de Minas Gerais (Macrorregião do Vale do Rio Doce, que tem como núcleo urbano de referência a cidade de Guanhães). Resultado de uma pesquisa de campo realizada com 848 famílias rurais, a pesquisa cobre um conjunto extenso de informações socioeconômicas regionais. Embora a pesquisa não tenha se orientado para aprofundar investigações sobre o trabalho a tempo parcial e a pluriatividade, os resultados obtidos, a partir de cruzamento dos microdados do banco de informações gerado, fornecem um quadro elucidativo quanto à importância dos rendimentos não-agrícolas na composição da renda familiar desta região, caracterizada por uma agricultura estagnada e sob forte influência de um contínuo movimento migratório expulso.

4.1 Bacia de Suaçuí: rendimentos não-agrícolas em uma região de estagnação agropecuária

A região agrícola da Bacia do Rio Suaçuí é caracterizada por baixo dinamismo econômico e pouca integração agroindustrial. Os resultados obtidos pela pesquisa indicam que 65% das famílias agricultoras da região possuem alguma fonte de renda não-agrícola. Destas famílias, 60% auferem rendimentos de até um salário mínimo e 30%, entre um e três salários mínimos mensais⁹.

De acordo com a metodologia de Mantino (1995) os dados de pluriatividade são referenciados pelo contexto regional, pelas características familiares e da unidade produtiva (Quadro 1).

Região heterogênea no aspecto geográfico, apresenta alguma restrição à mecanização pelo relevo acidentado. O aspecto regional marcante é dado pelo o processo migratório, que levou à redução da população rural em taxas mais elevadas do que as verificadas no estado de Minas Gerais.

8 Os dados apresentados nesta seção são extraídos das pesquisas “Dinâmica da agricultura familiar na Bacia do Suaçuí”. CUNHA, Altivo. R. A (Coord.). Instituto Lumen, 1998.

9 Valor do salário mínimo em junho de 1998: R\$ 130,00.

Quadro 1

REFERENCIAIS REGIONAIS DA BACIA DO SUAÇUÍ* (MG) 1991	
Área total	41.835 km ²
População Total	103.708 hab.
População Rural	51.478 hab.
Grau de Urbanização	50,4%
MUNICÍPIO DE REFERÊNCIA: GUANHÃES (1991)	
População Total	25.177 hab.
População Rural	8.045 hab.
Grau de Urbanização	68,0%

Fonte: IBGE.

* Municípios de Coroaci, Guanhães, José Raydan, Paulistas, Sabinópolis, Santa Maria do Suaçuí, São João Evangelista e Virginópolis.

O aspecto institucional revela a fragilidade das relações econômicas locais: a região não é contemplada por programas de desenvolvimento regional nem se beneficia de programas específicos de fomento à agricultura familiar. Apenas 3% dos agricultores entrevistados utilizam o Pronaf e 83% dos produtores desconhecem o programa. A presença de uma escola agrotécnica Federal (no município de São João Evangelista) na região é o contraponto positivo institucional.

Quadro 2

FATORES DE CONTEXTUALIZAÇÃO REGIONAIS

Físico	Áreas onduladas, restrições à mecanização.
Demográfico	Processo contínuo de migração para fora da região. Redução da população rural de -1,66% (1980-1991) (média estadual: -0,95% (1980-1991)).
Base econômica	Baixo grau de industrialização. Mercado de trabalho regional pouco dinâmico. Agricultura e pecuária tradicionais.
Desempenho agropecuário	Baixo dinamismo. Redução da área plantada entre 1990-1995: Milho: -20%; Feijão: -7%; Arroz: -18%; Cana: -8%; Café: -12%; Banana: -24%. Variação do rebanho bovino: -11%.
Aspectos institucionais	Ausência de programas específicos. Uso de Pronaf: menos de 3% dos produtores. Presença de escola agrotécnica Federal.

O desempenho agrícola regional, no período 1990-95, reflete o baixo dinamismo da agricultura, que experimentou reduções sensíveis de área plantada para as principais explorações agrícolas, contrastando com a tendência verificada no Estado de Minas Gerais.

Em relação as características familiares, a família típica (52%) encontra-se dentro dos padrões nacionais (quatro membros) embora tenha sido detectada a importância de famílias pequenas na região – 23% das famílias rurais. O fenômeno das famílias unipessoais também é verificado na região, e corresponde a 5% das famílias pesquisadas.

O nível de escolaridade é baixo, principalmente para as faixas etárias mais elevadas, indicando a dimensão da dívida social na região. O analfabetismo parece erradicado para a população jovem (apenas 1% da população com até 21 anos) mas não para população mais velha: na população entre 46 e 65 anos, 27% permanecem analfabetos, e entre idosos, acima de 66 anos, este índice sobe para 47%.

O segundo grau ainda permanece como a grande barreira, mesmo para os mais jovens: apenas 65% dos jovens entre 14 e 21 anos possui formação de segundo grau ou mais. Estes índices caem para 28% para população ente 22 e 45 anos, e para 5% para faixa etária entre 46 e 65 anos.

Quadro 3

CARACTERÍSTICAS FAMILIARES

Tamanho e composição	Famílias de 3 a 5 pessoas: 52%			
	Famílias com mais de 6 pessoas: 25%			
	Famílias com 1 a 2 pessoas: 23%			
	Famílias unipessoais: 5%			
	Idade média do Chefe: 56 anos			
	Famílias com filhos solteiros fora da propriedade: 40%			
	Motivos principais da saída de filhos: trabalho: 51%, trabalho e estudo: 33%, estudo: 16%			
Nível educacional	Grupo etário	Analfabetismo (%)	Primário (%)	Segundo Grau (%)
	Ate 21 anos	1	44	47
	De 22 a 45 anos	10	51	28
	De 46 a 65 anos	27	54	5
	Mais de 66 anos	47	39	1

A carência de postos de trabalho e de ensino faz com que cerca de 40% das famílias possuam filhos solteiros morando fora da propriedade, em busca, principalmente de trabalho (51%) e trabalho e educação (33%).

O nível de renda monetária obtida com a comercialização de produtos agrícolas é baixo.¹⁰ O dado mais significativo é dado pela declaração de que 34% das famílias declararam não obter renda da agricultura, sendo que 50% das famílias com propriedades de até 20ha declararam não obter renda monetária da agricultura (Tabela 1).

Tabela 1

FAIXAS DE RENDIMENTO ANUAL (DECLARADAS) DA COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS POR ESTRATO DE ÁREA

Faixas de renda anual*	Até 20ha	De 20 a 50ha	De 50 a 100ha	De 100 a 200ha	Total
Nada	50	26	7	0	34
Até R\$500,00	34	28	12	1	26
De 500,01 a R\$1000,00	6	14	13	3	8
De R\$1000,01 a R\$2000,00	5	11	20	11	9
De R\$2000,01 a R\$5000,00	2	14	23	40	11
Acima de R\$5000,00	3	6	25	46	11
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>

* Para R\$ de junho de 1998.

Para entender o processo de geração de renda destas famílias que não auferem renda da agricultura, procurou-se verificar a ocorrência de rendimentos não ligados diretamente à atividade agropecuária. A declaração de obtenção de rendas de fontes não-agrícolas foi cruzada com quatro variáveis: tamanho da propriedade, renda agrícola declarada, percentagem da produção comercializada (declarada) e tipo de culturas. Os resultados são comentados a seguir.

i) Faturamento agrícola e tamanho da propriedade

Feita a ressalva dos dados sobre sub-declaração de renda monetária, os resultados da pesquisa indicam que, das famílias que declaram não obter renda agrícola, 72% obtém rendimentos de outras fontes, sendo que 50% recebem cerca de um salário mínimo de fontes de rendimento não-agrícola (*Rna*), e outras 20% recebem entre 1 e 3 salários mínimos. Ou seja, a classificação deste segmento de famílias rurais como de agricultura de subsistência exclusiva se adequa apenas a 28% das famílias com até 20ha.

¹⁰ Há evidências de subestimativa da renda, quando esta é avaliada por declaração instantânea. Também é esperado que ocorra imprecisão na declaração de percentagem comercializada.

ii) Faturamento agrícola e rendimento não-agrícola

Observando a composição do orçamento domiciliar, a partir das categorias de rendimento agrícola declarado, (colunas ‘a’ até ‘e’ da Tabela 6) observa-se menor ocorrência de *Rna*, embora mesmo para famílias em cujas propriedades o faturamento agrícola supera os R\$5.000 anuais, 52% obtém *Rna*.

Os dados sugerem que existe uma relação inversa entre faturamento agrícola e presença de rendimento não-agrícolas, ou seja, a presença de famílias monoativas é, como esperado, função do nível de renda.

Tabela 2

RENDAS NÃO-AGRÍCOLAS E FATURAMENTO ANUAL
COM COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS
AGRICULTURA FAMILIAR – BACIA DO SUAÇUÍ, 1998

Rendas não-agrícolas	Faturamento em R\$ no último ano						Total
	(a) Nada*	(b) Até R\$500	(c) De R\$500 a R\$1000	(d) De R\$1000 a R\$2000	(e) De R\$2000 a R\$5000	(f) Acima de R\$5000	
Não possui renda	28	29	44	41	35	48	33
Até 1 sal. mín.	50	46	33	15	30	16	38
Entre 1 e 3 sal. mín.	20	15	18	22	18	20	19
Mais de 3 sal. mín.	1	4	4	19	15	15	7
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>

Fonte: Lumen.

*: “Nada” refere-se à ausência de rendimentos monetários advindos da comercialização de produtos agrícolas.

No entanto, como exposto adiante, a maior renda agrícola está associada também a maiores faixas de *Rna*, sugerindo padrões diferenciados de pluriatividade.

Os dados referentes à percentagem de comercialização dos produtos produzidos pelos agricultores também reforçam a relação inversa entre eficiência de comercialização e *Rna*.

Tabela 3

RENDAS NÃO-AGRÍCOLAS E COMERCIALIZAÇÃO DECLARADA
DE PRODUTOS AGRÍCOLAS – AGRICULTURA FAMILIAR
BACIA DO SUAÇUÍ, 1998

%

Rendas não-agrícolas	Percentagem da produção comercializada (declarada)						Total
	0	Até 20	De 20 a 40	De 40 a 60	De 60 a 80	Mais de 80	
Não possui renda	27	30	45	31	34	44	34
Até 1 sal. mín.	48	47	24	34	35	27	39
Entre 1 e 3 sal. mín.	22	15	24	16	22	19	20
Mais de 3 sal. mín.	4	8	7	19	9	10	8
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>

Fonte: Lumen.

Os dados relativos à área sugerem a existência de dois padrões de *Rna*. Enquanto 50% das famílias com propriedades de até 5ha (correspondente a 27% da amostra) obtêm até um salário mínimo mensal de *Rna*, cerca de 37% das propriedades com mais de 100ha (13% das propriedades) obtêm *Rna*. Estes dados sugerem que as condições e as motivações para pluriatividade sejam diferenciadas em função do tamanho da propriedade, e em última instância da renda, já que esta responde, no caso analisado, ao tamanho da propriedade. Muitos destes casos estão associados à pecuária leiteira, como analisado à frente.

Tabela 4

RENDAS NÃO-AGRÍCOLAS E ÁREA DA PROPRIEDADE,
EM VALORES RELATIVOS – AGRICULTURA FAMILIAR
BACIA DO SUAÇUÍ, 1998

%

Rendas não-agrícolas	Tamanho da propriedade (ha)							Total
	Até 5	De 5 a 10	De 10 a 20	De 20 a 50	De 50 a 100	De 100 a 200	Mais de 200	
Não possui renda	28	32	36	33	47	34	25	33
Até 1 sal. mín.	50	41	35	39	31	19	11	38
Entre 1 e 3 sal. mín.	18	19	21	19	8	27	25	19
Mais de 3 sal. mín.	1	5	6	9	9	18	29	7
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>

Fonte: Lumen.

Tabela 5

RENDAS NÃO-AGRÍCOLAS E ÁREA DA PROPRIEDADE
 AGRICULTURA FAMILIAR – BACIA DO SUAÇUÍ, 1998

%

Rendas não-agrícolas	Tamanho da propriedade (ha)							Total
	Até 5	De 5 a 10	De 10 a 20	De 20 a 50	De 50 a 100	De 100 a 200	Mais de 200	
Não possui renda	68	25	54	61	46	32	7	296
Até 1 sal. mín.	121	32	53	72	30	18	3	339
Entre 1 e 3 sal. mín.	43	15	32	36	8	25	7	168
Mais de 3 sal. mín.	3	4	9	16	9	17	8	67
<i>Total</i>	<i>242</i>	<i>79</i>	<i>151</i>	<i>186</i>	<i>97</i>	<i>94</i>	<i>28</i>	<i>896</i>
Distribuição relativa (%)	27	9	17	21	11	10	3	100

Fonte: Lumen.

Em relação às principais culturas cultivadas, milho e feijão¹¹ seguem o padrão geral da amostra (em torno de 70% a 67% de pluriatividade). O caso do leite é interessante, porque indica menor taxa de pluriatividade (55%), mas é a exploração em que as famílias obtêm maior escala de *Rna*, (como também de renda agrícola). A maior taxa de pluriatividade é encontrada quando a principal cultura declarada é a fruticultura: 95%. (No entanto, as propriedades que têm na fruticultura sua principal exploração constituem apenas 2% da amostra). Estes dados sugerem que os fruticultores estejam envolvidos com outras atividades, possivelmente no trabalho urbano, estabelecendo outro tipo de família pluriativa.

Tabela 6

RENDAS NÃO-AGRÍCOLAS E PRINCIPAL CULTURA DECLARADA
 AGRICULTURA FAMILIAR – BACIA DO SUAÇUÍ, 1998

%

Rendas não-agrícolas	Principal cultura declarada										Total
	Milho	Feijão	Leite	Café	Frutas	Hortaliças	Mandioca	Cana	Arroz	Outros	
Não possui renda	30	33	45	15	5	50	22	29	50	5	33
Até 1 sal. mín.	44	43	20	48	52	42	48	48	36	40	38
Entre 1 e 3 sal. mín.	18	18	17	24	43	8	30	18	14	30	19
Mais de 3 sal. mín.	5	3	14	11	0	0	0	2	0	20	7
<i>Total</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>	<i>100</i>

Fonte: Lumen.

11 Embora o feijão seja considerada a principal cultura apenas por 4% dos produtores, cerca de um terço das propriedades da região produz feijão, geralmente em acompanhamento ao milho.

Uma informação relevante para caracterizar o tipo de pluriatividade refere-se à baixa frequência de atividades ‘para-agrícolas’, referida como a comercialização de produtos processados. Apenas 20% das propriedades comercializa algum tipo de produto processado, geralmente derivados do leite como queijo, reforçando as características de pluriatividade associada à esta exploração.

A questão que permanece aberta refere-se ao tipo de fontes e atividades não-agrícolas destas famílias. Embora a pesquisa não tenha focado a questão da pluriatividade, o que implica em ausência de informações detalhadas sobre a questão, o cruzamento de algumas variáveis, sugere a grande importância da aposentadoria rural como fonte de *Rna*, principalmente para pequenas propriedades. O cruzamento da idade do chefe e a ocorrência de *Rna* mostra uma correlação positiva, sendo que quase a totalidade das famílias com chefes com idade superior a 65 anos possui algum *Rna*, principalmente na faixa de um salário mínimo. Embora este estudo não tenha contemplado a discriminação de fontes como a previdenciária, outros estudos empíricos¹² indicam que a previdência rural constitui uma importante fonte de renda não-agrícola para parcela expressiva dos pequenos produtores.

5 CONCLUSÕES

Diversas proposições conceituais, para estudos de caso internacionais, enfocam a pluriatividade como o resultado da interação entre fatores endógenos, referentes ao ambiente produtivo e as características familiares e fatores exógenos, relacionados à demanda por mão de obra e ao processo e grau de urbanização e industrialização. O conceito de pluriatividade, diferentemente das análises convencionais de modernização da agricultura, enfatiza a importância conferida ao conjunto de políticas sociais, como subvenções e previdenciárias que interferem decisivamente na lógica de reprodução da família e da empresa.

O caso apresentado para a agricultura familiar da Bacia do Suaçuí indica que cerca de 65% das famílias agricultoras possuem alguma fonte de rendimentos não-agrícolas. De acordo com a metodologia de Mantino, os dados de pluriatividade foram referenciados pelo contexto regional, pelas características familiares e da unidade produtiva.

12 Para o caso do Norte de Minas, uma pesquisa realizada com 1049 pequenos produtores indicou que 37% das famílias possuem renda oriunda da aposentadoria rural. Ver Cunha (1999).

A declaração de obtenção de rendas de fontes não-agrícola foi cruzada com quatro variáveis: renda agrícola declarada, percentagem da produção comercializada, tamanho da propriedade e tipo de culturas. Os resultados demonstram haver distintos padrões de pluriatividade na região, em função tanto da escala produtiva como das explorações agrícolas. Os dados sugerem também a grande importância da previdência rural na composição da renda familiar rural nesta região.

6 BIBLIOGRAFIA

- ALEGRE, E. Estructura de las explotaciones agrarias y externalización del proceso productivo. *Revista de Economía*, Madrid, v. 666, p.101-117, 1994. (Agricultura a tempo parcial e campesinato).
- BAPTISTA, F. *Famílias e Explorações Agrícolas*. IV Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural. Concepcion, Chile, 1994. 10 p.
- BARLETT, P. Part-time Farming: Saving the Farm or Saving the Lyfestyle? *Rural Sociology*, EUA, v. 51, n. 3, p. 289-313, 1986.
- FULLER, A. M. From part-time Farming to Pluriactivity: a Decade of Change in Rural Europe. *Journal of Rural Studies*, Great Britain, v. 6, n. 4, p. 361-373, 1990.
- GASSON, Ruth. *The Economics of Part-time Farming*. Longman, England, 1988.
- MANTINO, F. Famiglia, pluriattività e mercantil del lavoro: il quadro teorico e i risultati della ricerca. In: DE BENEDICTIS, M. *Agricoltura familiare in transizione*. INEA Italia, 1995.
- CUNHA, A. R. A. A. (Coord.). *Dinâmica da agricultura familiar na Bacia do Suaçuí*. Belo Horizonte: Instituto Lumen. Pucminas, 1998.
- (Coord.). *Dinâmica da Agricultura Familiar e as Demandas por Qualificação Profissional Rural no Norte de Minas*. Belo Horizonte. Instituto Lumen. Pucminas, 1999.
- MOYANO, E., GARRIDO, F. Actores sociales Y Política agroambiental en la union europea. In: *Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade do Cerrado Brasileiro*, 1997.
- OLAIZOLA, T., MANRIQUE, P. Estrategia de adaptación de pequeñas explotaciones en el marco de la PAC. La agricultura a tiempo parcial en una area de montaña. *Revista de estudios Agro-Sociales*, n. 161, v. 3, p. 99-122, 1992.